

Administradora de
Cartão de Crédito
Palma Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Quotistas e Diretores da
Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda.
Barueri - SP**

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Recuperação de Tributos

Conforme nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração reconheceu impostos a recuperar no montante de R\$ 15.798 mil. Desse total, R\$ 8.952 mil referem-se à recuperação de tributos pagos indevidamente a título de PIS e COFINS, apurados no período de 2021 a 2024, cuja contrapartida foi reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quando deveria ter sido reconhecida em cada um dos resultados daqueles respectivos exercícios anteriores, de acordo com o regime de competência. Dessa forma, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 encontra-se superavaliado em R\$ 8.952 mil em relação a esse assunto.

Outros Ativos

Até a data de conclusão de nossos trabalhos, a Empresa não nos forneceu evidências que suportassem a origem e a realização do montante de R\$ 1.844 mil registrado na rubrica de “Outros ativos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Em decorrência desse assunto, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a existência e recuperabilidade do referido saldo no exercício findo nessa data. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustes no saldo de Outros ativos e no patrimônio líquido da Empresa em 31 de dezembro de 2025 e no resultado do exercício findo nessa data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Jonas Moreira Salles
Contador CRC 1SP295315/O-4

Administradora de Cartões de Crédito Palma Ltda.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>		<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	694	8.441	Salários, provisões e encargos sociais a pagar		2.060	1.842
Aplicações financeiras	6	107.300	102.247	Repasse cartão	15	133.202	131.982
Contas a receber	7	145.583	133.973	Fornecedores	14	6.944	5.609
Adiantamentos		648	95	Impostos e contribuições a recolher	17	1.931	1.884
Impostos a recuperar	8	15.798	1.454	Imposto de renda e contribuição social a recolher	9	1.694	140
IRPJ e CSLL a compensar	9	1.526	8.131	Empréstimos e financiamentos	16	86.402	87.112
Parte relacionadas	19	811	1.219	Outros passivos	18	13.222	11.763
Outros ativos		-	1.842			245.455	240.332
		272.360	257.402				
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Aplicações financeiras	6	-	6	Provisão para contingências	20	431	386
Depósitos judiciais	20	300	114			431	386
Investimentos em coligadas	11	1.666	1.581	Patrimônio Líquido			
Outros ativos		1.844	-	Capital social	21	55.225	55.225
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	21.496	21.089	Ajuste de avaliação patrimonial		21	21
Imobilizado	12	168	2.295	Prejuízos acumulados	21	(774)	(13.477)
Intangível	13	2.524	-			54.472	41.769
		27.998	25.085				
Total do ativo		300.358	282.487	Total do passivo e do patrimônio líquido		300.358	282.487

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Administradora de Cartões de Crédito Palma Ltda.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional líquida	22	161.098	155.604
Custo dos serviços prestados	23	(15.019)	(13.412)
Lucro bruto		146.079	142.192
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	24	(20.595)	(21.848)
Despesas comerciais	24	(70.343)	(67.071)
Perdas de créditos	7 / 24	(66.678)	(59.902)
Resultado de equivalência patrimonial		85	68
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	25	12.069	1.554
Lucro operacional		617	(5.007)
Receitas financeiras	26	17.868	11.199
Despesas financeiras	26	(1.449)	(65)
Resultado financeiro líquido		16.419	11.134
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		17.036	6.127
Imposto de renda e contribuição social - correntes	9.b	(4.739)	(994)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	10.c	406	(1.072)
Lucro líquido do exercício		12.703	4.061

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Administradora de Cartões de Crédito Palma Ltda.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>12.703</u>	<u>4.061</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>12.703</u>	<u>4.061</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Administradora de Cartões de Crédito Palma Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de Reais)

	Capital Social	Ajuste de avaliação Patrimonial	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	55.225	21	-	(17.538)	37.708
Lucro líquido do exercício	-	-	4.061	-	4.061
Retenção dos lucros	-	-	(4.061)	4.061	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	55.225	21	-	(13.477)	41.769
Lucro líquido do exercício	-	-	12.703	-	12.703
Retenção dos lucros	-	-	(12.703)	12.703	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	55.225	21	-	(774)	54.472

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Administradora de Cartões de Crédito Palma Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	12.703	4.061
Ajustes por:		
Despesa de imposto de renda e contribuição social	4.333	2.066
Depreciação e amortização	11	28
Rendimentos de aplicação financeira	(17.868)	(9.315)
Juros sobre empréstimos de financiamento	13.242	10.136
Resultado de equivalência patrimonial	(85)	(68)
Perdas de crédito	66.678	59.902
Provisão (reversão) líquida de contingências	45	236
	<u>79.059</u>	<u>67.046</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	(78.288)	(63.564)
Adiantamentos	(553)	1.925
Impostos e contribuições a recuperar	(7.740)	(356)
Conta vinculada cartões	408	(1.219)
Outros ativos	(188)	419
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	1.335	4.480
Salários, provisão de férias e encargos sociais a pagar	218	339
Impostos e contribuições a recolher	(2.560)	(936)
Pagamentos do imposto de renda e contribuição social	(578)	(476)
Repasse de cartão	1.220	17.601
Outros passivos	1.459	(5.527)
Fluxo de caixa líquido provenientes (aplicado nas) das atividades operacionais	<u>(6.208)</u>	<u>19.732</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e intangível	(408)	(2.323)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(408)</u>	<u>(2.323)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aplicações financeiras	12.821	1.245
Captação de empréstimos	7.500	8.000
Pagamento de principal de empréstimos	(8.500)	(12.000)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.952)	(10.072)
Outros	-	-
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	<u>(1.131)</u>	<u>(12.827)</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.747)</u>	<u>4.582</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.441	3.859
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	694	8.441
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.747)</u>	<u>4.582</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

A Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda. (“Empresa” ou “Companhia”) possui sua sede na Rua Campos Sales, nº 233, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 4 de outubro de 2010.

A Administradora atua nos segmentos de emissão, administração e/ou gestão de cartões de crédito, débito e múltiplos de qualquer modalidade, de emissão própria, compreendendo quaisquer atividades principais, acessórias ou correlatas a esse meio de pagamento, administrando e/ou fazendo a gestão de direitos e obrigações pertinentes às operações com cartão de crédito e débito pela Súmula nº 283, do Superior Tribunal da Justiça, rigorosamente nos limites de definição.

A Administradora tem ainda como objeto social o exercício de funções de correspondente não bancário no país de instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Cartões de crédito

O cartão oferecido pela Empresa é o Cartão Caedu, Private Label, exclusivo para o uso nas lojas da Empresa Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A. Ao final de 2025 eram mais de 3.175 mil (2.942 mil em 2024) de clientes detentores do Cartão Caedu.

Seguros

A Administradora, agindo como estipulante, também comercializa aos seus clientes em parceria com seguradora idônea, seguros como proteção para as compras realizadas (seguro prestamista), assistência residencial e proteção contra roubo e furto para a bolsa de bens dos clientes. Oferece também plano Odontológico para os clientes e seus dependentes em clínicas credenciadas ao parceiro prestador do serviço.

a. Performance financeira

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa está apresentando capital circulante positivo de R\$ 28.749 (R\$ 17.070 em 2024), também lucro líquido no exercício de R\$ 12.703 (lucro líquido de R\$ 4.061 em 2024), esse resultado está diretamente ligado a diminuição significativa de despesas operacionais da Companhia.

A Empresa avalia constantemente a qualidade e a rentabilidade da carteira, por meio de um modelo de concessão de crédito mais eficaz, com ajuste de limites de crédito e taxas de desconto, além de indicadores de forma a refletir a expectativa de inadimplência através do provisionamento de acordo com a respectiva faixa de risco. No exercício de 2025, a Companhia apresentou lucro operacional de R\$ 617 (prejuízo operacional de R\$ 5.007 em 2024). A geração de caixa operacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi negativo no montante de R\$ 6.208 (positivo R\$ 19.732 em 2024).

Caso haja necessidade, ainda, a Empresa conta com o apoio financeiro de sua controladora Gepalma Inventimentos e Participações Ltda. para o cumprimento de suas obrigações de curto prazo.

Assim, essas demonstrações financeiras, foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, que contempla, realização de ativos e a liquidação de e compromissos assumidos no curso normal dos negócios.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7** – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber;
- **Nota explicativa nº 10** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 18** - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(ii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor de Controladoria e Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos da norma CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs* para ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo, apresentamos um índice das políticas contábeis materiais, cujos detalhes estão disponíveis:

a. Receita operacional

O CPC 47 determina um modelo que evidencia se os critérios para contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas:

- Identificação do contrato com o cliente.
- Identificar as obrigações de desempenho no contrato.
- Determinação do preço da transação.
- Alocação do preço da transação.
- Reconhecimento da receita mediante atendimento das obrigações de desempenho.

Considerando esses critérios, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Empresa de receber pela contrapartida dos produtos e serviços ofertados aos clientes.

. A receita de administração comercial é cobrada da Empresa Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A. a cada venda realizadas nas lojas com o Cartão Caedu. Demais receitas de taxas, tarifas e anuidades são inerentes a disponibilização e uso do cartão pelos clientes, sendo registrados a cada corte de fatura. Receitas de comissão são registradas após apuração do percentual de comissão firmado entre as seguradoras e a Empresa por cada apólice de produto financeiro vendido. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, veja nota explicativa nº 22.

b. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente juros ativos, descontos obtidos e outros. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente os juros passivos, os descontos concedidos e as despesas bancárias.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem à definição de imposto de renda e,

portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) *Imposto de renda e contribuição social correntes*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro, ou prejuízo tributável, nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito “Cartão Caedu” (Private Label) e são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos faturamentos, líquidos de ajustes a valor presente, quando aplicável. As perdas estimadas são constituídas com base na análise da carteira de clientes e em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobrir prováveis perdas na sua realização.

e. Investimento em coligadas

Coligadas são entidades que a empresa, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da empresa no lucro ou prejuízo líquido do exercício da investida até a data em que a influência significativa ou o controle conjunto deixa de existir. As práticas contábeis da companhia foram aplicadas de forma consistente também na coligada.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos dentro de outras receitas no resultado e o custo em conta específica de custo na alienação.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A

depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são:

Descrição	2025	2024
Benfeitorias em terceiros	4 a 5 anos	4 a 5 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	3 a 14 anos	3 a 14 anos
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

A Empresa apresenta em seu ativo intangível gastos com direitos e concessões de *software* e outros intangíveis que são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e amortizados de acordo com o prazo da licença.

(ii) Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, menos o seu valor residual, pelo método linear para o período de cinco anos. É reconhecida no resultado em uma base linear, de acordo com o prazo da licença, uma vez que este é o método que melhor reflete o padrão de consumo do futuro econômico de benefícios incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível por grupo de contas em 2025 e 2024 são as seguintes:

	2025	2024
Sistemas de informação (<i>softwares</i>)	5 anos	5 anos

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”) - Instrumento de dívida, ao VJORA - Instrumento patrimonial ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar, de forma irrevogável, um ativo financeiro que de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- Como os gerentes do negócio são remunerados — por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos.
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- Pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- Termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

E mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

No cálculo das perdas esperadas, levou-se em consideração:

- (a) Probabilidade de *default* (PD): esse indicador informa a inadimplência média da carteira. Observa-se a performance dos clientes em uma janela de tempo até a data mais recente. A partir de uma base de clientes em dia, realiza-se a marcação de quando o cliente entra em default e seu

comportamento é analisado criteriosamente. A razão entre a quantidade de clientes em default e quantidade total de clientes na base é a probabilidade de default.

- (b) Exposição no *default* (EAD): esse indicador é composto pelo saldo atual mais um percentual do limite disponível do cliente.
- (c) Perda dado o *default* (LGD): esse indicador é definido como o percentual que é perdido após a ocorrência do *default*. A performance dos clientes é analisada em uma janela de tempo até a data mais recente. Partindo de uma base de default, verifica-se a variação de saldo desses clientes: quanto irá regularizar a situação ou quanto irá a perda. O indicador é calculado pela razão entre o saldo após o default e o saldo no momento do default.

Estágio da operação:

- **Estágio 1** - Ativos em normalidade
- **Estágio 2** - Aumento significativo de risco: É definido com base na faixa de inadimplência entre 31 e 89 dias de atraso.
- **Estágio 3** - Ativos em *default*: É definido a partir de 90 dias de atraso.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa e na avaliação de crédito.

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A entidade considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito, aplicando os coeficientes PD e LGD calculados a partir de bases históricas, analisando o comportamento dos clientes pré e pós default, até ir a perda. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa, de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário.
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias.
- reestruturação de um valor devido à Empresa em situações que não seriam aceitas em condições normais.
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a entidade adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias, com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da entidade para a recuperação dos valores devidos.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Empresa tiver uma obrigação presente legal ou construtiva presente de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

A Empresa fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de assistência médica, vale-refeição e vale-transporte.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis (CPC 51/IFRS 18)

O CPC 51, correspondente a norma internacional IFRS 18, irá substituir o CPC 26, visando padronizar as estruturas de demonstrações financeiras focando em novos subtópicos na demonstração de resultado: operacional, investimento e financiamento; além de exigir maior transparência nos indicadores de desempenho definidos pela administração e despesas operacionais segregadas por natureza. A aplicação do CPC 51 inicia-se em 1º de janeiro de 2027, sendo permitida sua adoção antecipada para fins comparativos.

A Administração entende que tais alterações apresentarão impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia e está avaliando internamente suas implicações para cumprimento da norma.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos	<u>694</u>	<u>8.441</u>
	<u>694</u>	<u>8.441</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Empresa, possuem vencimento abaixo de 90 dias e baixo risco de alteração significativa no valor justo.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 27.

6 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por títulos de renda fixa com remuneração de 97 a 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (de 97% a 103% em 2024).

Banco	Tipo	Remuneração	31/12/2025	31/12/2024
Safra	CDB	De 100% a 100,25% CDI	5.668	12.977
Itaú	CDB/LF	De 97% a 102% CDI	88.840	89.276
Santander	CDB	99,5% CDI	12.792	-
			107.300	102.253

As operações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Letras Financeiras (LFs) são dadas em garantia em operações de empréstimos junto aos respectivos bancos, os resgates antecipados das aplicações estão condicionados à quitação antecipada de empréstimos. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 27.

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
(a) Contas a receber de clientes	168.393	151.543
(b) Repasses de fatura a receber - partes relacionadas	585	388
Repasses de fatura a receber	-	889
(c) Comissões sobre seguros	7.633	8.083
Subtotal	176.611	160.903
(d) (-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(31.028)	(26.930)
Total	145.583	133.973

- (a) Contas a receber decorrentes das operações de vendas nas lojas Caedu Comércio Varejista e Atacadista de Artigos do Vestuário S.A. através dos cartões Caedu. A Empresa reconhece os valores, prazos e número de parcelas definidos no momento da venda. Para as vendas a prazo, são cobrados juros sobre o saldo da operação de venda; a taxa aplicada é variável e definida em função do prazo de pagamento definido no momento da venda. A receita é reconhecida ao longo da vigência dos contratos *pro rata die*, de acordo com as respectivas taxas de juros pactuadas. O parcelamento nas vendas se dá em período inferior a 12 meses.
- (b) Referem-se ao valor recebido em caixa da Caedu Comércio Varejista e Atacadista de Artigos do Vestuário S.A. e que estão pendentes de repasse à Empresa.
- (c) Referem-se ao valor das comissões sobre a comercialização de seguros.
- (d) A provisão de perdas de crédito esperadas de contas a receber foram calculadas com base na análise econômica crítica da carteira de clientes e dos demais títulos vencidos, contemplando a situação individual dos clientes. As perdas calculadas pela Administração da Empresa são consideradas suficientes para cobrir eventuais inadimplências dessas contas a receber.

Os montantes de contas a receber apresentados são classificados como recebíveis e, por conseguinte, mensurados pelo custo amortizado. O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 30 dias.

Devido ao porte financeiro dos clientes da Empresa e às políticas e procedimentos adotados, é realizado o controle contínuo dos recebíveis, objetivando minimizar eventuais perdas.

Parte dos recebíveis do cartão Caedu foram dados pela controladora como garantia para financiamentos da empresa Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A., sendo o montante dado em garantia R\$ 44.807 para financiamentos e 25% do saldo devedor de debentures.

Demonstramos a seguir os montantes a receber por idade de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer e vencidos até 14 dias	136.952	125.082
Vencidos de 15 até 30 dias	7.057	6.772
Vencidos de 31 a 60 dias	8.211	7.604
Vencidos de 61 a 90 dias	8.556	7.268
Vencidos de 91 a 120 dias	10.468	7.870
Vencidos de 121 a 150 dias	8.893	8.630
Vencidos de 151 a 180 dias	8.549	7.142
Juros a apropriar	<u>(20.293)</u>	<u>(18.825)</u>
Subtotal	<u>168.393</u>	<u>151.543</u>
Provisão estimada de perda de créditos estimada	<u>(31.028)</u>	<u>(26.930)</u>
Total	<u>137.365</u>	<u>124.613</u>

Segue a movimentação da provisão estimada de perda de crédito:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo no início do exercício	(26.930)	(27.550)
Provisão	(31.028)	(26.930)
Reversão	<u>26.930</u>	<u>27.550</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(31.028)</u>	<u>(26.930)</u>

A definição da provisão para perdas de créditos esperada atende ao risco identificado de recebimento, contemplando os seguintes critérios:

- Pedido de falência/recuperação judicial.
- Clientes vencidos e sem renegociação.

No cálculo da provisão, foram consideradas as perdas históricas por faixa de vencimento, e, após 180 dias, o valor é 100% baixado como perdas para o resultado.

A provisão foi calculada levando-se em consideração as faixas de vencimento, conforme demonstrado:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer		
0 a 07 dias	(8.943)	(6.716)
8 a 30 dias	(701)	(670)
31 a 89 dias	(1.601)	(1.303)
De 90 até 180 dias	<u>(19.783)</u>	<u>(18.241)</u>
Total de perdas de créditos esperadas de contas a receber corrente	<u>(31.028)</u>	<u>(26.930)</u>

Em 31 de dezembro de 2025 a perda efetiva de créditos apurada líquida de recuperações foi de R\$ 62.580 (R\$ 59.902 em 31 de dezembro de 2024).

8 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRRF	1.057	1.446
COFINS	11.655	-
PIS	3.086	-
Outros	-	8
	<u>15.798</u>	<u>1.454</u>
Circulante	<u>15.798</u>	<u>1.454</u>
Total	<u>15.798</u>	<u>1.454</u>

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ a compensar		
Saldo anterior	6.209	2.496
Compensação tributos	(7.892)	(3.221)
Juros sobre saldo negativo IRPJ	688	1.699
Transferência IRRF para saldo negativo IRPJ	2.258	5.201
Reclassificação	-	34
	<u>1.263</u>	<u>6.209</u>
CSLL a compensar		
Saldo anterior	1.922	1.530
Compensação tributos	(2.917)	(261)
Juros sobre saldo negativo CSLL	393	563
Antecipação CSLL	865	-
Reclassificação	-	90
	<u>263</u>	<u>1.922</u>
Total IRPJ e CSLL a compensar	<u>1.526</u>	<u>8.131</u>
IRPJ a recolher		
Saldo anterior	140	-
Despesa com imposto de renda	2.999	543
IRRF	(2.681)	-
Pagamento	-	(2)
Compensação tributos	-	(435)
Reclassificação	-	34
	<u>458</u>	<u>140</u>
CSLL a recolher		
Despesa com contribuição social	1.814	384
Pagamento	(578)	(474)
Reclassificação	-	90
	<u>1.236</u>	<u>-</u>
Total IRPJ e CSLL a recolher	<u>1.694</u>	<u>140</u>

b. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	17.036	6.127
Alíquota nominal vigente	40%	40%
Expectativa de despesa do IRPJ e da CSLL	(6.814)	(2.451)
Adições e exclusões com efeito sobre IRPJ e CSLL:		
Adições permanentes, líquidas de exclusões	1.774	(921)
Adições temporárias, líquidas de exclusões	205	1.306
Diferença de base de cálculo impostos diferidos 2024	502	-
Despesa do IRPJ e da CSLL efetiva	(4.333)	(2.066)
Alíquota efetiva	25,43%	33,72%
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:		
Correntes	(4.739)	(994)
Diferidos	406	(1.072)
Total	(4.333)	(2.066)

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

IRPJ/CSLL diferidos - Diferenças temporárias	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para contingências	431	386
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	31.028	26.931
Impairment	59	59
Provisão de fornecedores	-	202
Provisão para bônus	1.590	859
Prejuízos fiscais e base negativa	20.632	24.287
Base de cálculo	53.740	52.724
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	40%	40%
Total de imposto diferido	21.496	21.089

Referem-se aos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias, cuja realização seja provável, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. As diferenças temporárias não prescrevem, de acordo com a legislação tributária vigente.

Em 2017, adotamos a Lei nº 13.169/2015, na qual instituições financeiras e assemelhadas, além das empresas de seguros privados e capitalização, devem considerar a alíquota da contribuição social de 15% a partir de 2019, sendo que a alíquota permanece vigente para o exercício de 2025.

b. Movimentação do Imposto de renda e contribuição social diferidos – Ativo

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo anterior	21.089	22.161
Adições e exclusões temporárias	1.869	(3)
Prejuízos fiscais e base negativa	<u>(1.462)</u>	<u>(1.069)</u>
Total de imposto diferido	<u>21.496</u>	<u>21.089</u>

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos – Resultado

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adições e exclusões temporárias	4.671	(5)
Prejuízos fiscais e base negativa	<u>(3.655)</u>	<u>(2.673)</u>
Base de cálculo	<u>1.016</u>	<u>(2.678)</u>
Alíquota média Combinada	<u>40%</u>	<u>40%</u>
	<u>406</u>	<u>(1.072)</u>

d. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base nas projeções de lucro líquido, estima-se o consumo total do crédito tributário nos próximos anos conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030</u>	<u>2031</u>	<u>2032</u>	<u>2033</u>	<u>2034</u>
Lucro líquido projetado	1.130	2.042	3.874	6.416	8.687	9.122	9.578	10.056	10.559
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	<u>40%</u>	<u>40%</u>	<u>40%</u>	<u>40%</u>	<u>40%</u>	<u>40%</u>	<u>40%</u>	<u>40%</u>	<u>40%</u>
Imposto diferido projetado	452	817	1.550	2.567	3.475	3.649	3.831	4.023	1.132

11 Investimentos em coligadas

a. Informações gerais

A companhia possui uma participação de 39,89% do capital da Palma Sociedade de Crédito Direto S.A., sediada em São Paulo/SP, cujo objeto social principal é intermediação de serviços financeiros. O investimento é mensurado pelo método de equivalência patrimonial (MEP), sendo que a companhia exerce influência significativa nas decisões operacionais e financeiras da investida, mas não detém o controle individual.

b. Demonstrações financeiras resumidas

Em atendimento a exigência do CPC 45, as tabelas abaixo apresentam as demonstrações financeiras resumidas da coligada Palma Sociedade de Crédito Direto S.A.:

Balanço patrimonial resumido

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo circulante	4.176	3.903	Passivo circulante	273	103
Caixa e equivalentes de caixa	24	8			
Ativo não circulante	272	164	Patrimônio líquido	4.175	3.964
Total do ativo	<u>4.448</u>	<u>4.067</u>	Total do passivo	<u>4.448</u>	<u>4.067</u>

c. Participações societárias

Descrição	Participação	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Palma Sociedade de Crédito Direto S/A	39,89%	1.666	1.581
Total		<u>1.666</u>	<u>1.581</u>

d. A movimentação das participações societárias está assim demonstrada na coligada

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo Inicial	1.581	1.513
Resultado da equivalência patrimonial	85	68
Saldo Final	<u>1.666</u>	<u>1.581</u>

12 Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	2025		2024	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitoria em terceiros	De 20% a 25%	741	(741)	-	-
Instalações	10%	164	(163)	1	1
Máquinas e equipamentos	10%	52	(52)	-	-
Móveis e utensílios	De 7,14% a 33,33%	304	(292)	12	20
Equipamentos de informática	20%	275	(330)	(55)	(52)
Imobilizado em andamento		210	-	210	2.326
Total		<u>1.746</u>	<u>(1.578)</u>	<u>168</u>	<u>2.295</u>

A movimentação do ativo imobilizado do exercício de 2025 é demonstrada da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2025
Custo						
Benfeitoria em terceiros	741	-	-	-	-	741
Instalações	164	-	-	-	-	164
Máquinas e equipamentos	52	-	-	-	-	52
Móveis e utensílios	304	-	-	-	-	304
Equipamentos de informática	275	-	-	-	-	275
Imobilizado em andamento	2.326	408	-	(2.524)	-	210
	3.862	408	-	(2.524)	-	1.746
Depreciação						
Benfeitoria em terceiros	(741)	-	-	-	-	(741)
Instalações	(163)	-	-	-	-	(163)
Máquinas e equipamentos	(52)	-	-	-	-	(52)
Móveis e utensílios	(284)	(8)	-	-	-	(292)
Equipamentos de informática	(327)	(3)	-	-	-	(330)
	(1.567)	(11)	-	-	-	(1.578)
Imobilizado líquido	2.295	397	-	(2.524)	-	168

A movimentação do ativo imobilizado do exercício de 2024 é demonstrada da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2024
Custo						
Benfeitoria em propriedade de terceiros	741	-	-	-	-	741
Instalações	164	-	-	-	-	164
Máquinas e equipamentos	52	-	-	-	-	52
Móveis e utensílios	304	-	-	-	-	304
Equipamentos de informática	275	-	-	-	-	275
Imobilizado em andamento	3	2.323	-	-	-	2.326
	1.539	2.323	-	-	-	3.862
Depreciação						
Benfeitoria em terceiros	(741)	-	-	-	-	(741)
Instalações	(161)	(2)	-	-	-	(163)
Máquinas e equipamentos	(48)	(4)	-	-	-	(52)
Móveis e utensílios	(266)	(18)	-	-	-	(284)
Equipamentos de informática	(323)	(4)	-	-	-	(327)
	(1.539)	(28)	-	-	-	(1.567)
Imobilizado líquido	-	2.295	-	-	-	2.295

13 Intangível

Descrição	Taxa de depreciação	2025			2024
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	20%	5.461	(2.937)	2.524	-
Total		5.461	(2.937)	2.524	-

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2025
Custo						
Softwares	2.937	-	-	2.524	-	5.461
	2.937	-	-	2.524	-	5.461
Amortização						

Softwares	(2.937)	-	-	-	-	(2.937)
	<u>(2.937)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.937)</u>
Intangível líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.524</u>	<u>-</u>	<u>2.524</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2024
Custo						
Softwares	2.937	-	-	-	-	2.937
	<u>2.937</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.937</u>
Amortização						
Softwares	(2.937)	-	-	-	-	(2.937)
	<u>(2.937)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.937)</u>
Intangível líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

14 Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 6.944 (R\$ 5.609 em 31 de dezembro de 2024) está composto principalmente por valores a pagar aos fornecedores de cartões, bens de consumo e prestadores de serviços. A Empresa avaliou o ajuste a valor presente das suas operações com fornecedores na data do balanço e concluiu que os valores não geram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras apresentadas.

15 Repasse de cartão

O saldo de repasse de cartão em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 133.202 (R\$ 131.982 em 31 de dezembro de 2024) trata-se dos valores a repassar à Caedu Comércio Varejista e Atacadista de Artigos do Vestuário S.A., referentes aos recebimentos relativos às vendas ocorridas em suas lojas cujo recebimento dos clientes foi feito através do cartão Caedu. A Empresa repassa os valores à Caedu Comércio Varejista e Atacadista de Artigos do Vestuário S.A. no mês de vencimento do cartão, independentemente de ter recebido do cliente.

16 Empréstimos e financiamentos

Em função das Resoluções 4.282/2013 e 4.949/2021 do Banco Central do Brasil (BCB), além das circulares 3.680/2013, 3.681/2013, 3.682/2013, 3.683/2013, 3.705/2014 e outras emitidas também pelo BCB, o setor de pagamentos destinados ao público, incluindo o mercado de cartões pré e pós pagos, mobile payment, internet payment e outros, passam formalmente a fazer parte do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”) e terão que se sujeitar às novas regras gerais, princípios e conceitos estabelecidos nestas regulamentações. Assim, todos arranjos ou instituições de pagamentos destinados ao público e aceito por mais de um recebedor, incluindo os pagamentos móveis (através de operadoras de telecomunicações e operadoras de telefonia), passam a ser regulados e fiscalizados pelo BCB, devendo se submeter às novas regras e autorizações que foram emitidas por essa instituição.

Diante deste cenário a Empresa, entende que transferir as operações de Crédito e Financiamento geradas pelos Cartões de Crédito através da Cláusula Mandato, traz segurança, eficiência e rentabilidade para o grupo Gepalma. Assim, faz-se necessário readequar os modelos operacionais, financeiro e contábil da Empresa para estar aderente às regras e as legislações vigentes para este tipo de operação.

2025	Principal	31/12/2024	Captação	Juros incorridos	Juros Pagos	Pagamento de principal	31/12/2025
Modalidade							
Clausula Mandato - Safra	5.500	12.596	1.500	1.518	(1.561)	(8.500)	5.553
Clausula Mandato - Itaú	80.200	74.516	6.000	11.724	(11.391)	-	80.849
Total		87.112	7.500	13.242	(12.952)	(8.500)	86.402

2024	Principal	31/12/2023	Captação	Juros incorridos	Juros Pagos	Pagamento de principal	31/12/2024
Modalidade							
Clausula Mandato - Safra	12.500	24.635	-	2.134	(2.173)	(12.000)	12.596
Clausula Mandato - Itaú	74.200	66.413	8.000	8.002	(7.899)	-	74.516
Total		91.048	8.000	10.136	(10.072)	(12.000)	87.112

Os valores de empréstimos para cláusula mandato por período em 2025 são:

Tipo	Competência	Vencimento	Taxa Anual	Captação
Nova captação	ago/25	fev/26	CDI +1,69%	6.000.000,00
Renovação	set/25	mar/26	CDI +1,693%	11.000.000,00
Renovação	set/25	mar/26	CDI +1,693%	40.000.000,00
Renovação	set/25	mar/26	CDI +1,693%	7.000.000,00
Renovação	set/25	mar/26	CDI +1,693%	8.200.000,00
Renovação	set/25	mar/26	CDI +1,693%	8.000.000,00
Nova captação	nov/25	fev/26	CDI +1,75%	1.500.000,00
Renovação	dez/25	mar/26	CDI +1,75%	4.000.000,00
Total				85.700.000,00

Os valores de empréstimos para cláusula mandato por período em 2024 foram:

Tipo	Competência	Vencimento	Taxa Anual	Captação
Renovação	dez/24	mar/25	CDI+1,70%	4.000.000,00
Renovação	dez/24	mar/25	CDI+1,70%	8.500.000,00
Renovação	set/24	mar/25	CDI+1,70%	11.000.000,00
Renovação	set/24	mar/25	CDI+1,69%	40.000.000,00
Renovação	set/24	mar/25	CDI+1,69%	7.000.000,00
Renovação	set/24	mar/25	CDI+1,69%	8.200.000,00
Captação	dez/24	mar/25	CDI+1,90%	8.000.000,00
Total				86.700.000,00

A renovação dos contratos é feita sempre na data de vencimento dos contratos, para manutenção das atividades da Empresa.

As garantias dos contratos de empréstimos são as aplicações financeiras de parte do valor captado.

17 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	1.024	936
ISS	704	737
PIS	203	201
IRRF	-	10
	1.931	1.884

18 Outros passivos

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
(a) Contas a pagar de serviços compartilhados	18	5.769	9.234
(b) Seguradora a pagar		6.680	1.551
Créditos com clientes		773	376
Outros		-	602
		13.222	11.763

- (a) Referem-se aos valores a pagar à Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário Ltda. relativos aos serviços de mão de obra de profissionais empregados na Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário Ltda. da área administrativa que atendem às demandas da Empresa, conforme Nota Explicativa 18. A partir de janeiro de 2015, a Caedu Comércio passou a cobrar também a prestação de serviço de correspondente não bancário, por meio de compartilhamento de serviços executados pelos empregados que trabalham nas lojas.
- (b) Refere-se aos valores recebidos nas lojas Caedu Comércio Varejista e Atacadista de Artigos do Vestuário S.A. que serão repassados às seguradoras, relativos às vendas de seguros sobre acidentes pessoais, clube saúde, bolsa seguro, proteção desemprego, odontológico e proteção de roubos de cartão.

19 Partes relacionadas

a. Movimentação de mútuos

Em 2025 e 2024 não houve movimentação de mútuos com partes relacionadas.

b. Demais partes relacionadas

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
(a) Repasse de faturas a receber	7	585	388
(b) Conta vinculada cartões		811	1.219
Passivo circulante			
(c) Contas a pagar - repasses de venda	14	133.202	131.982
(e) Outros passivos - Serviços compartilhados	18	5.769	9.234
Resultado			
(d) Receita taxa administrativa cartão	22	6.048	5.694
(e) Despesas com rateio de serviços compartilhados	24	(7.520)	(8.159)
(e) Despesas com rateio das despesas nas lojas	24	(43.207)	(39.492)

- (a) Pagamentos de faturas efetuados nas lojas Caedu Comércio Varejista e Atacadista de Artigos do Vestuário S.A. a serem repassados para Empresa.
- (b) Conta bancária vinculada aos recebíveis do cartão Caedu - Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A. com Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda.
- (c) Repasse de vendas do cartão Caedu - Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda. com Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A. As transações provêm de vendas do cartão pertencentes à Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda.
- (d) Taxa deduzida do repasse de vendas a pagar.
- (e) Serviços compartilhados com empresa Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário Ltda.

c. Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 2.135 (R\$ 2.694 em 31 de dezembro de 2024) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos.

20 Provisão para contingências

Natureza da contingência	Saldo em 31/12/2024	Provisão	Baixas / Reversões	Saldo em 31/12/2025
Provisão trabalhista	311	376	(311)	376
Provisão Civil	72	53	(72)	53
Provisão Tributária	3	2	(3)	2
	<u>386</u>	<u>431</u>	<u>(386)</u>	<u>431</u>

Natureza da contingência	Saldo em 31/12/2023	Provisão	Baixas / Reversões	Saldo em 31/12/2024
Provisão trabalhista	8	311	(8)	311
Provisão Civil	142	72	(142)	72
Provisão Tributária	-	3	-	3
	<u>150</u>	<u>386</u>	<u>(150)</u>	<u>386</u>

a. Contingências Trabalhistas

A Empresa tem ações trabalhistas classificadas como prováveis pelos seus assessores jurídicos no montante de R\$ 376 em 31 dezembro de 2025 (R\$ 311 em 31 de dezembro de 2024), e classificadas como possíveis no montante de R\$ 38 (R\$ 133 em 31 de dezembro de 2024), as principais causas são referentes horas extras e verbas rescisórias.

b. Contingências Cíveis

A Empresa tem ações cíveis relacionadas a fraude de cartão, que são classificadas como prováveis pelos seus assessores jurídicos no montante de R\$ 53 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 72 em 31 de dezembro de 2024), e classificadas como possíveis no montante de R\$ 781 (R\$ 876 em 31 de dezembro de 2024), sendo as principais causas referentes a fraudes de cartão.

c. Contingências tributárias

A Empresa tem contingências tributárias classificadas como prováveis no montante R\$ 2 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2024) e classificada como possíveis no montante de R\$ 383 (nenhuma classificada como possível no exercício de 2024).

Depósitos Judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais totalizavam R\$ 300 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 114 em 31 de dezembro de 2024) foram considerados para fins de análise das provisões para contingências trabalhistas e cíveis.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 55.225 divididos em 55.225.952 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas entre os cotistas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as cotas ficaram distribuídas:

Cotistas	2025		2024	
	Nº Cotas	Participação %	Nº Cotas	Participação %
Gepalma Investimentos e Participações Ltda.	55.225.552	99,9993%	55.225.552	99,9993%
João Vicente da Palma	200	0,0004%	200	0,0004%
Luciano da Palma	100	0,0002%	100	0,0002%
Lucilene da Palma Pedroso	100	0,0002%	100	0,0002%
	55.225.952	100%	55.225.952	100%

b. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto pelo efeito da adoção do custo atribuído para bens do ativo imobilizado.

c. Prejuízos acumulados

Os prejuízos apurados até 31 de dezembro de 2025 são de R\$ 774 (R\$ 13.477 em 31 de dezembro de 2024).

d. Distribuição de lucros

Não houve distribuição de dividendos nos exercícios 2025 e 2024.

22 Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta		
Rendas de intermediação administração financeira	80.135	78.498
Parcela anuidade	10.691	12.145
Comissão seguros de cartão	43.175	41.880
Tarifa cobrança	17.815	14.999
Taxa administrativa de cartão	6.048	5.694
Taxa bônus celular	21.959	20.741
Outras receitas	900	979
	180.723	174.936
Deduções da receita bruta		
Impostos sobre vendas e serviços	(19.625)	(19.332)
	(19.625)	(19.332)
Total	161.098	155.604

Para melhor apresentação foram sumarizadas as rubricas de juros de parcelamento; encargos de financiamento; juros parcelamento fatura e multa moratória para a rubrica de rendas de intermediação administração financeira, visando demonstrar que estas segregações fazem parte da mesma operação de cláusula mandato.

23 Custo dos serviços prestados

Custo do serviço prestado	31/12/2025	31/12/2024
Custos de gráfica	(525)	(324)
Custo de análise de crédito	(2.313)	(2.438)
Custos bônus com celular	(7.361)	(6.144)
Custos processamento de cartões	(4.589)	(4.210)
Custos com postagens	(85)	(126)
Outros custos	(146)	(170)
Total	(15.019)	(13.412)

24 Despesas administrativas e comerciais

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(30.359)	(26.826)
Salários, encargos e benefícios	(7.319)	(8.819)
Ocupação	(204)	(263)
Marketing	(1.498)	(4.237)
Impostos e taxas	(241)	(334)
Manutenção	(532)	(521)
Depreciação e amortização	(11)	(28)
Materiais de uso e consumo	-	(3)
Viagens e estadias	(2)	(1)
(i) (-) Reembolso de serviços compartilhados	(50.727)	(47.651)
Contingências	(45)	(236)
	(90.938)	(88.919)
Total de despesas administrativas e gerais	(20.595)	(21.848)
Total de despesas comerciais	(70.343)	(67.071)
(ii) Total de perdas de créditos	(66.678)	(59.902)
	(157.616)	(148.821)

(i) Conforme nota explicativa 18, o valor refere-se aos reembolsos realizados pela Empresa, relativos aos serviços de mão de obra dos empregados da CAEDU da área Administrativa que também atendem às demandas da Empresa. Vale ressaltar que tal operação é devidamente formalizada por meio de contrato, no qual consta quais despesas e critérios utilizados para rateio destas.

(ii) Este grupo contempla todos os tipos de perdas com clientes que o negócio possa oferecer: perdas com fraude de cartão por parte do cliente, títulos vencidos acima de 180 dias e perdas por furto/roubo.

25 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Sinistros	-	9
Crédito retroativo PIS/COFINS	11.448	-
Outras Receitas	630	8
Outras despesas	(8)	-
Baixa clientes com saldo credor	-	1.537
Total	12.070	1.554

26 Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	14.252	9.315
Descontos obtidos	4.487	2.431
Impostos sobre receita financeira	(871)	(547)
	17.868	11.199
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(302)	(53)
Juros sobre tributos	(1.142)	(1)
Juros passivos	(5)	(11)
	(1.449)	(65)
Total	16.419	11.134

27 Instrumentos financeiros

As transações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, recursos de terceiros, fornecedores e outras contas a pagar.

a. Classificação contábil e valores justos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle interno e de limites de exposição.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos principais instrumentos a seguir relacionados:

2025				
Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil	Valor Justo	Nível
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	6	107.300	107.300	2
Custo amortizado				
Contas a receber	7	145.583	145.583	2
Outros ativos		1.844	1.844	2
Total do ativo		254.727	254.727	
Custo amortizado				
Fornecedores	14	6.944	6.944	2
Repasse de cartão	15	133.202	133.202	2
Empréstimos e financiamentos	16	86.402	86.402	2
Outros passivos	18	13.222	13.222	2
Total do passivo		239.770	239.770	

2024				
Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil	Valor Justo	Nível
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	6	102.253	102.253	2
Custo amortizado				
Contas a receber	7	133.973	133.973	2
Outros ativos		1.842	1.842	2
Total do ativo		238.068	238.068	
Custo amortizado				
Fornecedores	14	5.609	5.609	2
Repasse de cartão	15	131.982	131.982	2
Empréstimos e financiamentos	16	87.112	87.112	2
Outros passivos	18	11.763	11.763	2
Total do passivo		236.466	236.466	

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

Os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo requerem divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços), nível 2.
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis), nível 3. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa mantém apenas instrumentos financeiros no nível 2.

b. Gerenciamento de riscos financeiros

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Empresa

Os principais fatores de risco que a Empresa está exposta refletem em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura dos negócios) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Empresa possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, a qual possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em nenhum outro ativo de risco. Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

(i) Risco de crédito

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Empresa não receber os valores decorrentes das prestações de serviços que não tem garantias. Para minimizar esse risco, a Administração procura receber valores antecipados. As perdas estimadas com esses clientes estão integralmente registradas no valor total.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	694	8.441
Contas a receber	145.583	133.973
Aplicações financeiras	107.300	102.253
Outros ativos	1.844	1.842
	255.421	246.509

Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa restringe a exposição a risco de crédito associado a bancos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Os recursos excedentes são investidos de forma a minimizar a concentração de risco e, portanto, mitigar perdas financeiras em caso de eventual falência de uma contraparte.

Contas a receber de cliente

Com relação às contas a receber, a Empresa restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de prestação de serviço a uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato foram calculadas levando-se em consideração as perdas dentro das faixas de vencimento ocorridas dentro do exercício, conforme abaixo demonstrado:

2025				
	Taxa média ponderada perda estimada	Valor bruto	Expectativa de perda	Valor líquido
Em dia	6,94%	128.874	(8.943)	119.931
1 à 6 dias	0,00%	-	-	-
07 a 30	4,79%	14.649	(701)	13.948
31 a 89	9,28%	17.253	(1.601)	15.652
Maior que 90 dias	70,88%	27.910	(19.783)	8.127
		188.686	(31.028)	157.658

2024				
	Taxa média ponderada perda estimada	Valor bruto	Expectativa de perda	Valor líquido
Em dia	5,89%	112.071	(6.600)	105.471
1 à 6 dias	5,87%	1.959	(115)	1.844
07 a 30 dias	3,76%	17.823	(670)	17.153
31 a 89 dias	9,43%	13.817	(1.303)	12.514
Maior que 90 dias	73,86%	24.698	(18.242)	6.456
		170.368	(26.930)	143.438

Quando é efetuado acordo com o cliente, a contagem dos dias fica congelada na data de vencimento de fatura mais atrasada, sendo mantido na carteira e não reclassificado para perda efetiva, desde que esse acordo tenha atraso menor que 180 dias. No primeiro dia do descumprimento do acordo firmado, volta a contar os dias de atraso que se apresentava no dia do acordo. Clientes com saldos em faturas geralmente tem atrasos mais curtos e valores menores, pois possuem saldos a vencer, com isso há uma possibilidade maior de quitar suas dívidas, resultando em um risco menor, e em consequência uma provisão menor. Acordos possuem opções mais limitadas de parcelamento, atrasos mais longos e o saldo é consolidado, com isso necessitamos de aumento de provisão nessas faixas de atraso.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de a Empresa não poder cumprir com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar esse risco, a Administração possui linhas de crédito, que aumentam a liquidez no curto prazo e possibilitam maior eficiência na gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital.

As principais fontes da Empresa derivam do fluxo de caixa gerado por suas operações, fornecedores e partes relacionadas. A Administração acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos, o que inclui, mas não se limita, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez e refletem o fluxo financeiro da Empresa:

	2025			2024		
	Fluxo de Caixa	Até um ano	Acima de um ano	Fluxo de Caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	694	694	-	8.441	8.441	-
Contas a receber	145.583	145.583	-	133.973	133.973	-
Aplicações financeiras	107.300	107.300	-	102.253	102.247	6
Outros ativos	1.844	-	1.844	1.842	1.842	-
	255.421	253.577	1.844	246.509	246.503	6
Passivos						
Fornecedores	6.944	6.944	-	5.609	5.609	-
Repassé de cartão	133.202	133.202	-	131.982	131.982	-
Empréstimos e financiamentos	86.402	86.402	-	87.112	87.112	-
Outros passivos	13.222	13.222	-	11.763	11.763	-
Partes relacionadas	5.769	5.769	-	9.234	9.234	-
	245.539	245.539	-	245.700	245.700	-
	2024			2023		

	Fluxo de Caixa	Até um ano	Acima de um ano	Fluxo de Caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	8.441	8.441	-	3.859	3.859	-
Contas a receber	133.973	133.973	-	130.311	130.311	-
Aplicações financeiras	102.253	102.247	6	94.183	94.183	-
Outros ativos	1.842	1.842	-	2.365	2.365	-
	246.509	246.503	6	230.718	230.718	-
Passivos						
Fornecedores	5.609	5.609	-	1.129	1.129	-
Repasse de cartão	131.982	131.982	-	114.381	114.381	-
Empréstimos e financiamentos	87.112	87.112	-	91.048	91.048	-
Outros passivos	11.763	11.763	-	17.290	17.290	-
Partes relacionadas	9.234	9.234	-	11.507	11.507	-
	245.700	245.700	-	235.355	235.355	-

d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de juros e preços de ações – que irão afetar a receita da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração considerou que as operações mantidas pela Empresa em que indicam os juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. A Administração entende que não há risco significativo em relação à volatilidade dos juros a serem apresentados.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de a Empresa incorrer em perdas econômicas em função de mudanças adversas nas taxas de juros, que podem ser causadas por fatores relacionados a crises econômicas e mudanças na política monetária do mercado interno e externo. Essa exposição refere-se principalmente a variações nas taxas de juros de mercado que afetam os ativos e passivos da Empresa indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

A Administração da Empresa realizou uma análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1), visando demonstrar o impacto da variação das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando as seguintes taxas de juros para os próximos 12 meses:

- CDI de 14,71% a.a., com base na curva de juros futura (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão).

Segue abaixo um quadro com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa efetiva a.a. em 2025	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1-Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	107.300	CDI	14,71%	15.784	19.730	23.676	11.838	7.892
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(86.402)	CDI	14,71%	(12.710)	(15.888)	(19.065)	(9.533)	(6.355)

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa efetiva a.a. em 2024	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1-Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	102.253	CDI	15,86%	16.217	20.271	24.326	12.163	8.109
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(87.112)	CDI	15,86%	(13.816)	(17.270)	(20.724)	(10.362)	(6.908)

- (i) Corresponde ao impacto anual (ou seja, próximos 12 meses de juros), que afetaria o resultado e o patrimônio líquido se a mudança já tivesse ocorrido em 31 de dezembro de 2025 e se não houvesse impacto nos demais fatores.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Empresa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Total do passivo	245.886	240.718
Caixa e equivalentes de caixa	(694)	(8.441)
Dívida líquida	<u>245.192</u>	<u>232.277</u>
Total do patrimônio líquido	<u>54.472</u>	<u>41.769</u>
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado	<u><u>4,5012</u></u>	<u><u>5,5610</u></u>

28 Eventos Subsequentes

Em janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta parte da Emenda Constitucional nº 132/2023 e institui três novos tributos sobre o consumo: Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) em substituição ao sistema atual de cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS). Em 13 de janeiro de 2026 foi sancionada a Lei Complementar nº 227, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabelece regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita dos impostos. Essa lei também estabeleceu alíquotas progressivas para IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2032, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para tarifas sujeitas atualmente ao ISS há previsão de uma redução da alíquota de 2% para 1,2%. A empresa está acompanhando a evolução da regulamentação e aguarda publicação de normas complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS que serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o presente momento não é possível mensurar, de forma assertiva, os impactos no negócio decorrentes dessas mudanças.

* * *

Lucilene da Palma Pedroso
Presidente

Aldemir Vicente de Lima
Diretor administrativo, financeiro e soluções financeiras

Elizabeth da Silva França
Contadora - CRC 1SP225542/O-7